

---

## ENSINO SUPERIOR E AS EMPRESAS:

### - A PERSPECTIVA DA CCRC

JOSÉ REIS\*

\* Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro  
Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

#### 1 - Questões gerais

As relações entre o ensino superior e as empresas são, em geral, apreciadas num quadro relativamente simplista, dicotómico e normativo. Usa-se a imagem da "aproximação" querendo com isso significar sobretudo que o ensino superior tem de (deve) aproximar-se do mundo empresarial, abandonando uma posição supostamente longínqua e dirigindo-se para um lugar onde já deveria estar há muito. Do mesmo modo, a ideia de aproximação, ao mesmo tempo que é apenas um movimento de "deslocação" de uma das partes (o ensino superior), traz também consigo a convicção de que as empresas são o mundo onde está a prática, o concreto, o modo certo e moderno de fazer as coisas. As empresas representariam a norma a que o ensino superior se deverá adaptar.

Ora é evidente que só por simplismo se pode pensar assim, e é claro que tal lógica está errada. O que parece mais certo é que estaremos perante duas realidades que constituem, reciprocamente, um desafio para a outra. Porventura duas realidades que se devem transfigurar mas sem submissão da lógica de uma à da outra.

Quando se diz, por exemplo, que o ensino superior tem, nas suas práticas de investigação e extensão, de se aproximar das empresas, isso é verdade, embora seja necessário apreciar com rigor o que se quer subentender com tal afirmação. Mas neste plano de raciocínio geral não é menos verdade que as empresas (os mundos empresariais) têm de se transformar também e de se aproximar do ensino superior. É tanto mais assim quanto é certo que são conhecidas as fragilidades do nosso sistema empresarial, por um lado, e que se sabe, por outro lado, quanto a capacidade competitiva depende nos dias de hoje dos conhecimentos associados à produção e ao negócio. É, pois, de um processo de qualificação das realidades empresariais que essencialmente se deve tratar quando falamos das relações da investigação científica com as empresas. E, nesse sentido, as relações ensino superior-

empresas devem ser vistas exactamente como um instrumento desse processo de qualificação empresarial.

Resulta daqui que me parece profundamente errada qualquer atitude de rendição submissa a uma ideia "praticista" de que no mundo empresarial estão as "virtudes" e fora dele estão os "desafios" (o imobilismo, o intelectualismo, etc). Do mesmo modo, a recusa por parte do ensino superior de assumir os desafios exteriores e, portanto, de assumir atitudes de grande abertura seria altamente negativo.

## **2 - O ensino superior como recurso para a qualificação empresarial**

Em que se deve, afinal, basear a relação ensino superior-empresas? Parece claro que a resposta há-de ser a seguinte: deve basear-se na qualificação recíproca das duas partes. A pedra de toque desse processo de qualificação é, evidentemente, o ensino superior e os serviços de excelência que ele possa oferecer. Por definição estes nunca podem ser serviços banais - serão serviços não disponíveis no mercado devido à elevada qualidade dos recursos que mobilizam, aos conhecimentos que convocam, à investigação científica que os precede e que, desse modo, se intensificará com a ligação ao exterior. Se assim não for, se não se tratar de uma contribuição diferenciada, o ensino superior estará a fazer concorrência aos serviços mercantis e, principalmente, estará a descaracterizar-se enquanto pólo de excelência, de qualidade muito específica.

É no quadro de economias em que o conhecimento é, cada vez mais, um factor competitivo essencial e em que a diferenciação positiva é indispensável que as relações com o ensino superior fazem sentido. Porventura, é a ideia de que as economias de informação (entendendo por isso, conhecimento, capacidade relacional, forte posição negocial) são a marca das realidades modernas que pode sintetizar as questões mais gerais da relação ensino superior-empresas.

Mas, no plano das economias regionais (e relembre-se que num quadro de globalização das economias o nível local e regional é um lugar essencial para mobilizar competências e capacidades) as relações ensino superior-empresas têm um papel muito especial - cabe-lhes ajudar a formar sinergias, a consolidar competências, a formar capacidade relacional com o exterior de cada sistema produtivo e de cada espaço regional.

## **3 - A Região Centro, o ensino superior e as empresas**

É conhecido o que a Região Centro representa enquanto espaço empresarial e produtivo: é uma região onde se localiza um conjunto complexo, diversificado e relativamente bem articulado de sistemas produtivos. Alguns destes sistemas são especialmente identificados pela sua especialização (a metalomecânica do eixo Aveiro-Águeda; o vidro, os plásticos e os moldes do eixo Leiria-Marinha Grande; a cerâmica da constelação de indústrias à volta de Coimbra e também de Aveiro; os lanifícios da Serra da Estrela), noutros casos é a marca da sua consolidação ao longo de uma história já antiga que mais sobressai (Covilhã, Castanheira de Pêra, vários espaços do litoral entre Aveiro e Leiria), noutros ainda é a sua expansão mais recente que retém a nossa atenção (Viseu, mais precisamente o eixo Viseu-Mangualde; Castelo Branco; para além de várias outras de localização em menor escala). Em todos os casos, contudo, o que é essencial é o facto de todos estes sistemas terem fortes características territoriais - colhem vantagens e geram dinâmicas pelo facto de desenvolverem relações com o espaço em que se inserem, de estabelecerem interligações com os demais elementos caracterizadores desse espaço (as cidades, as outras empresas, as infraestruturas tecnológicas e de difusão de informação, as associações empresariais e, evidentemente, as universidades ou institutos politécnicos). As empresas e os sistemas produtivos locais geram e beneficiam simultaneamente de um contexto territorial, de um ambiente de relações.

É sabido que uma região é um produto de territórios diferenciados e, por isso, o desenvolvimento regional depende da densidade de relações que se estabeleça entre os agentes e actores do desenvolvimento. A densidade ganha-se através de articulações e complementaridades - e também através de factores de qualificação. Os limiars de densidade e de qualidade não se alcançam através de soluções isoladas, insularizadas, falhas de escala, nem se obtêm sem uma ancoragem regional capaz de gerar sinergias. Ora a Região Centro tem a seu favor o facto de ter estas duas características: tem as ancoragens territoriais que resultam da sua diversidade industrial e tem as complementaridades que resultam de estes sistemas serem pensáveis articuladamente e de muitas vezes uns "transbordarem" para além de si próprios dando origem a contiguidades industriais entre sistemas e, desse modo, alargando a geografia das capacidades produtivas regionais (veja-se, por exemplo, como esse alargamento se tem feito em casos como os de Viseu, cuja indústria é, de facto, representada por uma constelação de localização à sua volta).

Para além de tudo isto, a Região Centro tem ainda a particularidade única de ter indústria no litoral e no interior. Com assimetrias, é certo, mas ainda assim revelando uma geografia em que o "tudo" do litoral

não se contrapõe ao "nada" do interior, ou em que tenhamos por um lado "toda" a capacidade urbana e, por outro, "todas" as debilidades rurais.

A realidade produtiva regional é, pois, constituída por uma matriz de sistemas, localizações, espaços sub-regionais que ganham lógica, sentido e, sobretudo, capacidade organizacional quando vistos numa escala regional larga, articulada, equilibrada.

O que acontece deste ponto de vista tem também correspondência no que acontece no ensino superior. A Região Centro não se limita a ter uma universidade de grande e antigo prestígio internacional e um dos pilares essenciais do sistema universitário português, como é a de Coimbra. Tem mais duas universidades públicas de grande capacidade e iniciativa e uma rede de institutos politécnicos em que sobressai à sua forte presença no território regional.

É desta matriz comum partilhada pelo sistema produtivo e pelo ensino superior da região que é preciso tirar consequências - ambos têm uma inscrição territorial precisa, uma presença no espaço regional que garante proximidade aos contextos envolventes e capacidade para superar visões localistas, articulando-se. Porque, não haja dúvidas sobre isso, a dimensão territorial que dá força aos agentes económicos e culturais não serve para fechar e reduzir a pequenos espaços, serve para abrir ao mundo e para gerar forças adicionais.

#### **4 - Uma rede de pólos tecnológicos para a Região Centro**

Se o que acaba de se enunciar constitui um programa de vontades e um sentido estratégico para a Região Centro - sendo por isso um incentivo à acção dos agentes regionais - não é menos certo que é possível falar de acções precisas e já relativamente definidas.

A Comissão de Coordenação interessa-se muito empenhadamente pelo projecto de criação de uma rede de pólos tecnológicos para a Região Centro. Considero aqui que este projecto pode ser encarado como o principal projecto em que a CCRC se encontra empenhada no domínio das relações ensino superior-empresas.

É claro que o tema tem, em geral, interesse para a Comissão de Coordenação, mas é também evidente que a sua concretização ocorre principalmente no quadro das autonomias das duas esferas, as universidades, os politécnicos e as empresas. Nesse caso é no campo das relações institucionais (e a

CCRC põe o máximo entusiasmo nas relações com as instituições de ensino superior da Região) que a questão nos interessa, bem assim como no da apreciação das dinâmicas regionais concretas.

No que diz respeito à rede de pólos tecnológicos da Região Centro trata--se de um exemplo de uma parceria activa. Não só a ideia germinou e deu passos iniciais no quadro de uma intervenção da CCRC como é bom de ver que a sua concretização depende de uma "gestão de entusiasmos" para que estamos disponíveis.

De que trata então o projecto de uma rede de pólos tecnológicos da Região Centro?

Em 1994 as Universidades de Coimbra, de Aveiro e da Beira Interior e os Institutos Politécnicos de Castelo Branco, Viseu, Guarda, Leiria e Coimbra subscreveram uma candidatura ao Programa SPRINT destinada a estudar a possibilidade de instalação de uma rede que desempenhasse o papel de interface para o desenvolvimento tecnológico regional. As finalidades eram as seguintes:

- Actuar como catalizador da apresentação de candidaturas regionais, incentivando a participação das empresas e das instituições de ensino superior, nomeadamente promovendo a participação em projectos internacionais;
- Mobilizar fundos nacionais, regionais e internacionais, incluindo participação dos grupos industriais e financeiros, para o financiamento de acções tecnológicas inovadoras.
- Desenvolver a rede telemática e promover o aparecimento de serviços de valor acrescentado (programa Web, por exemplo), integrando nós sediados nos pólos.
- Promover as acções de marketing da rede, numa base multipolar e multidisciplinar, dirigidas aos maiores clientes e parceiros potenciais.

Está bem de ver que uma lista exaustiva (que não se pretende aqui fazer) das iniciativas em matéria de relação ensino superior-empresas a que a CCRC está ligada conteria um número suficientemente largo de acções financiadas através de programas geridos pela Comissão de Coordenação. Estaríamos então a falar de estudos promovidos por associações empresariais, que os encomendam a instituições do ensino superior e cujo financiamento é candidatado a fundos europeus geridos regionalmente. Estaríamos também a falar de iniciativas da própria CCRC que visam promover a relação aqui em análise.

Naturalmente que neste domínio (como aliás em outros que dizem respeito ao desenvolvimento sócio-económico, designadamente a constituição de estruturas locais) entende-se necessário sublinhar que é imperioso não esgotar as nossas energias e os nossos recursos em acções desprovidas de articulação entre si, incapazes de gerarem efeitos duradouros e apenas movidas pelo desejo de assegurar uma "quota de utilização" dos financiamentos públicos.

Não é isso que faz sentido - o que é cada vez mais preciso é assegurar a qualidade das iniciativas e ter-se a certeza que é correcto o caminho que se percorre. É esse, seguramente, o grande contributo que o ensino superior pode trazer ao mundo empresarial.